

EUA propôs ao Brasil acordo para fugir do TPI

Washington quer garantias de que seus soldados não seriam julgados por crimes de guerra

Lisandra Paraguassú
e Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. A embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, confirmou ontem que o governo americano propôs ao Brasil um acordo bilateral para permitir que soldados americanos fiquem imunes ao Tribunal Penal Internacional (TPI), caso haja necessidade de ação de tropas daquele país em território brasileiro. Segundo a embaixadora, o tratado que criou o TPI permite que os países celebrem esse tipo de acordo.

Washington não assinou o tratado. No entanto, apesar de não fazerem parte do TPI, os Estados Unidos podem ter seus soldados processados por genocídio, crimes de guerra ou contra a Humanidade se estes forem acusados por ações em outros países. Para evitar isso, o governo americano tenta conseguir que os 180 países signatários do TPI façam acordos bilaterais.

Governo ainda não tem posição oficial definida

O Ministério das Relações Exteriores confirmou que recebeu o pedido americano, mas, oficialmente, ainda não tem uma posição a respeito. Isso porque antes de o país tomar uma decisão será preciso verificar se o acordo não fere o direito internacional nem a Constituição brasileira.

Extra-oficialmente, o que se sabe é que nenhuma decisão deverá sair este ano. Segundo fontes, toda a negociação entre o Brasil e os EUA deverá ser feita com muito cuidado e outros assuntos deverão ser colocados em pauta. Qualquer acordo internacional assinado pelo Brasil precisa passar pela



Gustavo Miranda

DONNA HRINAK: embaixadora americana diz tribunal internacional não atende às necessidades de seu país

aprovação do Congresso e, de acordo ainda com as fontes, não há chances de que isso aconteça este ano.

A denúncia de que o Brasil e diversos outros países estão sendo pressionados pelos americanos foi feita pela organização Anistia Internacional. A avaliação de especialistas é que, se os Estados Unidos conseguirem seu intento, a ação do tribunal ficará seriamente limitada.

— O tratado do TPI tem falhas enormes e não atende às necessidades dos Estados Unidos — disse a embaixadora.

Hrinak afirmou ainda que os tratados bilaterais são necessários para garantir a segurança das tropas americanas em ação, principalmente na guerra contra o terrorismo. Até agora, o governo americano conseguiu que Romênia, Israel, Tadjiquistão e Timor Leste assinassem acordos. A Colômbia também estaria inclinada a concordar, principalmente porque os EUA dão ajuda financeira e material, além de homens, para que o país combata o narcotráfico.

O pedido ao governo brasileiro teria sido feito em agos-

to. A preocupação americana é que, para ampliar o combate ao narcotráfico e à guerrilha colombiana na Região Amazônica, suas forças tenham de entrar em território brasileiro. Por isso, os americanos querem a garantia de que suas tropas não seriam levadas a julgamento.

Segundo a embaixadora, as negociações estão em andamento com o governo brasileiro e, se não for tomada uma decisão definitiva, o acordo continuará sendo debatido com o próximo governo, a ser eleito em outubro. ■